



EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S/A - PRÉ-SAL PETRÓLEO S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Sumário
Mensagem da Presidência
Perfil da Companhia
Atividades de Gestão Operacional
Gestão do Contrato de Libra
Acordos de Individualização da Produção
Comercialização de Petróleo e Gás Natural
Atividades de Gestão Corporativa
Sistema de Gestão da PPSA
Contrato de Remuneração
Organização Interna
Participações Externas
Gestão de Pessoas
Governança Corporativa
Informações Financeiras
Mensagem da Presidência
Senhor Acionista

Temos a satisfação de apresentar, segundo as determinações legais e estatutárias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da PPSA, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. As Demonstrações Contábeis de 2015 são apresentadas comparativamente com as de 2014, e estão acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e das manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal. O ano de 2015 foi para a PPSA mais um ano de conquistas e avanços, que seguem consolidando a posição da companhia no contexto das atividades do pré-sal brasileiro. Em 1º de agosto de 2015, a PPSA completou o seu segundo ano de existência, desenvolvendo primordialmente suas atividades no Escritório Central do Rio de Janeiro. Em abril, foi inaugurado o Escritório Sede de Brasília.

Nas atividades finalísticas, a PPSA concentrou suas ações na gestão do contrato de partilha da produção de Libra, nas negociações dos acordos de individualização da produção em áreas não contratadas no polígono do pré-sal, e no processo de estruturação da área de comercialização de petróleo. Com relação à Libra, fruto dos esforços desenvolvidos pelo Consórcio, prevê-se o início do primeiro Teste de Longa Duração (TLD) ao longo do primeiro trimestre de 2017 e do projeto piloto em meados de 2020, seguido pelo desenvolvimento pleno do campo entre 2021 e 2030. Quanto à individualização da produção, a PPSA identificou, juntamente com a ANP, 19 situações em que um campo em produção ou uma nova descoberta ocorrida em áreas de concessão possam se estender em direção às áreas não concedidas ou não contratadas dentro do polígono do pré-sal. Como produto direto do trabalho de negociação, dois novos Acordos foram assinados e submetidos à ANP, a saber: Lula/Sul de Lula e Argonauta (Jazida Compartilhada de Massa), que vieram se juntar à Tartaruga Verde (Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça), firmado em 2014, e Sapinhoá, cuja negociação foi finalizada, com assinatura em janeiro de 2016. No local de comercialização de petróleo, por conta e ordem da União, a PPSA vem se preparando para tal, mediante a avaliação dos volumes de produção de petróleo e gás natural atribuíveis à União e o desenvolvimento e proposição do modelo de comercialização. Em paralelo, a PPSA colabora com o grupo de trabalho instituído pelo MME com a finalidade de propor diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, o qual irá definir a política de comercialização dos volumes de petróleo e gás natural da União.

Em 30 de novembro de 2015, foi firmado o Contrato de Remuneração com o MME para permitir que a PPSA possa ser remunerada pela gestão dos contratos de partilha da produção e sua representação em acordos de individualização da produção. Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o Termo de Gestão, instrumento de planejamento estratégico da companhia, através do qual seu desempenho poderá ser medido mediante a avaliação do seu portfólio de projetos para o período 2016-2018.

O bom desempenho do ano de 2015 passou também pela Demonstração de Resultados da PPSA. Em 2015, a companhia auferiu um lucro líquido de R\$ 11 milhões, que corresponde a uma margem líquida de 23% da receita operacional contabilizada no ano, o que atesta a eficiência no processo de gestão dos custos internos. O lucro líquido de 2015 amortizará 54% do prejuízo acumulado em 2013 e 2014, período durante o qual a PPSA financiou suas atividades exclusivamente com aportes de capital do Acionista, e, a partir de 2016, o fluxo de receitas operacionais ao amparo do Contrato de Remuneração deverá assegurar-lhe a geração contínua de lucros.

A formação do corpo gerencial encontra-se concluída. No final de 2015, as 30 posições de livre provimento, outorgadas à companhia no efetivo total de 180 pessoas, era ocupado por 30 profissionais de reconhecida experiência e competência técnica no setor de petróleo.

Em resumo, o ano de 2015 foi mais um período em que a PPSA prosseguiu em sua trajetória ascendente de desempenho, crescendo ordenadamente e de maneira compatível com a missão que lhe foi atribuída, em estrita consonância com a legislação aplicada às empresas públicas e com os princípios da boa governança e da transparência na gestão. Estamos seguros de que ao longo da sua existência foram feitos os movimentos necessários para tornar a PPSA uma companhia capaz de unir desempenho, solidez, conhecimento, inovação e osuária no atingimento dos seus objetivos.

Com o sentimento de superação e reconhecimento, a Direção da PPSA deseja registrar o seu agradecimento aos diversos órgãos que compõem a estrutura do Governo Federal, aos Conselhos de Administração e Fiscal, que contribuíram para o adequado encaminha das atividades em 2015, e aos seus colaboradores, pelo empenho, dedicação e compromisso para com os propósitos da companhia, fator determinante para os resultados alcançados.

Com renovado otimismo frente aos desafios futuros, a PPSA reitera a sua visão positiva quanto às potencialidades do pré-sal brasileiro e às grandes responsabilidades que o marco regulatório lhe confere, evoluindo e renovando o seu compromisso em colocar o melhor da sua competência e experiência a serviço do desenvolvimento e perpetuação do modelo regulatório aprovado para o pré-sal brasileiro, estreitando cada vez mais o relacionamento ético e profissional com o Acionista União Federal e demais partes relacionadas, e reafirmando a importância do modelo de partilha da produção na promoção da cidadania e da inclusão social em nosso País.

OSWALDO ANTUNES PEDROSA JUNIOR
Diretor-Presidente

Perfil da Companhia

Em 01 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304, foi autorizada a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, deu forma à PPSA, aprovando o seu Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição da companhia. A PPSA tem por objeto a gestão dos contratos de partilha da produção e a gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos da União, segundo o modelo de partilha da produção. A PPSA representa a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas na área do pré-sal e em áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

Os recursos com os quais a PPSA conta são basicamente originados da gestão e representação mencionadas, e encontram-se regulados no Contrato de Remuneração celebrado com a União, representada pelo MME, em 30 de novembro de 2015. Por decisão do CNPE, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento deverá caber a quem estiver recebendo o direito de atuar na área. De acordo com o Estatuto Social, a lotação de pessoal da PPSA é de 180 pessoas, não computados os diretores e conselheiros. São 30 cargos profissionais de livre provimento, que constituem as funções gerenciais, e 150 cargos profissionais que deverão ser preenchidos a partir da realização de processos seletivos públicos, de caráter competitivo. A estrutura organizacional aprovada para a PPSA é

então por excelência e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos e missão, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos.

Atividades de Gestão Operacional

Ao longo de 2015, ao mesmo tempo em que prosseguiram os esforços visando sua estruturação corporativa, as ações da PPSA tiveram como focos principais a gestão do contrato de partilha da produção de Libra e as negociações de acordos e pré-acordos de individualização da produção. Destaca-se também o esforço para estruturar a área de comercialização de petróleo e gás natural da União. Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos:

Contratos de Partilha:

oLibra;

oAcordos de Individualizações da Produção;

o3 acordos assinados (Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça/Campo de Tartaruga Verde, Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula/Campos de Lula e Sul da Lula e Jazida Compartilhada de Massa/Campo de Argonauta);

o1 acordo a ser assinado em Janeiro/2016 (Sapinhoá);

o3 acordos em andamento (Caxarú, Pirambu e Sul de Sapinhoá);

o4 pré-acordos de individualização em andamento (prospectos de Libra, Gato do Mato, Carcará e Epitonium);

o1 negociação terminada com a conclusão de não ser necessária realização de um acordo de individualização (Carapeba);

o7 casos adicionais conhecidos, com início de negociação dependente de solicitação pela ANP.

Gestão do Contrato de Libra

O contrato tem a duração de 35 anos, cobrindo uma área de concessão de, aproximadamente, 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras. A expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente. Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração, e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

Como representante da União, a Pré-sal Petróleo cumpre papel crucial e decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e exploração do Prospecto de Libra. A estratégia anual, constante do Plano de Negócios de 2015 da Petrobras, compreende duas fases:

1. A primeira fase, de aquisição de dados e informações (2014 a 2020), envolvendo aquisição e processamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) e sistemas de produção antecipada, complementados por um sistema piloto de produção, e

2. A segunda fase, de desenvolvimento definitivo (2021-2030), com a instalação de até dez UELs (Unidades Estacionárias de Produção) que podem ser do tipo FPSO (Floating Production, Storage and Offloading) ou outros tipos de unidades de produção que venham a ser disponibilizadas no mercado.

Em 2015, as atividades relativas ao Projeto Libra evoluíram muito bem com a Petrobras e seus parceiros, com destaque para:

1. Aprovação do Plano de Trabalho e Orçamento para 2015 e suas revisões, bem como o Plano de Trabalho e Orçamento de 2016;

2. Manutenção da estratégia de produção antecipada, com a paulatina implantação de um sistema integrado de gestão pelos consorciados;

3. Atualização do Plano de Negócios de Libra, pela Petrobras, contendo as estratégias de exploração e desenvolvimento e uma avaliação do potencial e dos riscos da área;

4. Atendimento tempestivo de todos os compromissos da operadora com a ANP;

5. Negociação entre os consorciados e apresentação à ANP do Plano de Avaliação da Descoberta do Poço 2-ANP-2A (PAD), para a área noroeste de Libra, incluindo a possível extensão da jazida para áreas não contratadas;

6. Negociação entre os consorciados de um Pré-Acordo de Individualização da Produção de Libra, considerando que as interpretações atuais indicam uma possível extensão da jazida de Libra para áreas não contratadas ao norte e ao sul da área noroeste de Libra;

7. Continuidade das atividades do Comitê Operacional, do Comitê Estratégico de Conteúdo Local, e dos subcomitês Técnico, Financeiro, de Escoramento do Óleo Produzido, de Conteúdo Local, de Alternativas de Uso do Gás Natural, de SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e de Desenvolvimento Tecnológico. Cada um destes comitês é composto por representantes de todos os Consorciados de Libra, incluindo a participação ativa da PPSA;

8. Revisão do Regimento Interno;

9. Realização de 68 registros de votos para aprovação de propostas no Comitê Operacional;

10. Revisão de algumas premissas do planejamento de CL para a fase de Exploração, Teste de Longa Duração/Sistema Antecipado de Produção (TLD/SPA) e o Sistema Piloto de Produção;

11. Estabelecimento de diretrizes para monitoramento e auditoria do cumprimento das metas de conteúdo local, incluindo diversas discussões e estudos visando o refinamento das informações apresentadas para o cálculo de conteúdo local;

12. Monitoramento do cumprimento dos compromissos de conteúdo local (CL) baseado em informações trimestrais fornecidas pelo operador (PETROBRAS), por meio de Relatório de Investimentos Trimestrais (RIT) e da base de dados que lhe dá origem;

13. Diante de algumas dúvidas de interpretação da regulação e, em face do impacto que os temas teriam sobre o resultado do conteúdo local, foram realizadas diversas reuniões com a ANP para esclarecimento de temas tais como a Exoneração e Ajuste no Conteúdo Local comprometido; a metodologia para o cálculo dos excedentes de conteúdo local; o dispêndio na etapa de desenvolvimento da produção, para o tratamento a ser dado aos sistemas antecipados de produção.

Reconhecimento de Custos

1. Durante 2015 foram analisados 15.736 lançamentos contábeis representando um gasto da ordem de R\$ 2.370 bilhões, tendo sido reconhecido o valor de R\$ 1.375 bilhões em 2015. Gastos ainda não reconhecidos são passíveis de reconhecimento, dependendo de esclarecimentos adicionais do Operador e consequentes reanálises por parte da PPSA.

2. A PPSA tem agido tempestivamente na crítica e análise dos lançamentos contábeis e informações encaminhadas pela Petrobras para o contrato de Libra. Todavia, a expansão do volume de informações, advindo da evolução do contrato, demanda um crescimento da equipe de trabalho e o apoio de um sistema automatizado, previsto no Sistema de Gestão de Partilha da Produção (SGPP).

3. A PPSA utiliza um sistema ainda provisório para a análise de consistência dos lançamentos contábeis como parte do processo de reconhecimento de custos em óleo, o qual tem se mostrado bastante útil para a concepção do futuro SGPP. A PPSA vem atuando junto ao operador no sentido de promover contínuos ajustes na formulação e no conteúdo das informações, obedecendo à filosofia de que o reconhecimento de custos é uma consequência natural dos atos de gestão, aprovados no Comitê Operacional, e da participação direta da PPSA nos diversos sub-comitês de Libra, incluindo as autorizações de dispêndios do projeto.

Atividades Exploratórias

1. Concluídas em 2015 a perfuração dos seguintes poços:

a. 3-RJS-731, na área noroeste do campo, revelando uma coluna de óleo de aproximadamente 290 metros;

b. 3-RJS-735, na área central do bloco de Libra, confirmando a presença de uma coluna de hidrocarbonetos de aproximadamente 200 metros;

c. 3-RJS-740, no compartimento central de Libra, confirmando como portador de hidrocarbonetos em faixas carbonáticas de baixas permeabilidades;

d. 3-RJS-739A, localizada na porção centro-sul do compartimento noroeste de Libra, revelando uma coluna de óleo de aproximadamente 199 metros.

2. Concretizada a contratação do FPSO (Unidade Estacionária de Produção), atualmente em construção em Cingapura, para um Teste de Longa Duração (TLD) e quatro projetos de produção antecipada (SPA), todos com renjio do gás. A produção do primeiro óleo em Libra, proveniente do TLD supracitado, está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2017.

3. Iniciada a perfuração do poço 3-RJS-741, em setembro de 2015, na porção mais setentrional do compartimento Noroeste da estrutura de Libra.



4. Encaminhado à ANP, em setembro de 2015, o Plano de Avaliação da Descoberta do Poço 2-ANP-2A, já incluindo a possível extensão da jazida de Libra para áreas não contratadas à norte e a sul do compartimento noroeste de Libra (NW).

5. Concluída a minuta do Pré-AIP de Libra, em dezembro/15, juntamente com a Petrobras e demais parceiros.

Acordos de Individualização da Produção

O ano de 2015 se caracterizou por intensas atividades da PPSA nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas se estendem por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção dentro do polígono do pré-sal, com destaque para:

1. Jazida Compartilhada de Tartaruga Mestiça (Campo de Tartaruga Verde)

Bacia de Campos, operadora Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 12/06/2014;

b. Acordo de Individualização da Produção (AIP) assinado em 31 de outubro de 2014 e submetido à aprovação da ANP em 03 de novembro de 2014;

c. No primeiro semestre, ANP aprova o sistema de produção antecipada (SPA) em um poço da jazida compartilhada;

d. A ANP também aprovou em fevereiro de 2015 a perfuração de um poço de produção na área não contratada, ou seja, na porção da União da futura jazida individualizada;

e. O Sistema Antecipado de Produção da Jazida Compartilhada teve início no dia 10 de novembro de 2015, com uma produção média de 13 mil barris de óleo por dia;

f. Foram iniciadas as discussões sobre os documentos acessórios ao AIP, incluindo o Contrato de Consórcio, o Acordo de Operação Conjunta da Área individualizada, e o Acordo de Equalização de Custos e Volumes (AEGV).

2. Jazida Compartilhada de Lula/Sul de Lula (Campos de Lula e Sul de Lula)

Bacia de Santos, operadora Petrobras;

a. Lula é o principal produtor de petróleo e gás natural dos reservatórios do pré-sal, com média diária de produção de petróleo e gás natural no mês de dezembro de 2015 de, respectivamente, 442 mil barris/dia e 20,6 MM m³;

b. As negociações deste AIP se iniciaram em julho de 2014 e as bases do mesmo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 15 de julho de 2015 e pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2015;

c. O AIP foi submetido à ANP em 25/08/2015;

3. Campo de Sapinhoá

Bacia de Santos, operadora Petrobras;

a. O Campo de Sapinhoá é um importante produtor de petróleo e gás natural. No mês de dezembro de 2015, a produção média diária de petróleo e gás natural foi, respectivamente, de 172 mil bbl e 5,9 MM m³. Esses números fizeram de Sapinhoá naquele mês o 5º mais importante campo produtor de petróleo e 6º produtor de gás natural do Brasil;

b. A definição dos termos do AIP de Sapinhoá, iniciado em setembro de 2014, envolveu mais de um ano de negociação entre as partes, motivada pelas características distintas e complexas dos reservatórios em diferentes áreas da jazida compartilhada, dificultando o estabelecimento de critérios para a estimativa de participações e volumes das partes envolvidas. Acrescenta-se ainda a existência de uma área não contratada adjacente ao campo, ainda não avaliada, porém de elevado potencial;

c. As negociações deste AIP se iniciaram em setembro de 2014 e as bases do acordo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 16 de dezembro de 2015 e pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2016;

d. O AIP foi submetido à ANP em 31/01/16;

4. Jazida Compartilhada de Massa (Campo de Argonauta)

Bacia de Campos, operador Shell;

a. Essa jazida faz parte de um conjunto de acumulações denominado Parque das Conchas, que é operado pela Shell (50%), no Consórcio BC-10, e tem como sócias a ONGC (27%) e a QPI (23%);

b. As negociações deste AIP se iniciaram em dezembro de 2014 e as bases do mesmo foram aprovadas pela Diretoria Executiva da PPSA em 15/10/2015 e pelo Conselho de Administração em 22/10/2015;

c. O AIP foi submetido à ANP em 16/11/2015;

d. O operador tem a intenção de iniciar a produção no primeiro trimestre de 2016;

5. Campo de Carapeba

Bacia de Campos, operador Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 24/02/2015;

b. A análise técnica realizada pela PPSA concluiu que não havia base para a celebração de um AIP no Campo de Carapeba. Esse fato foi comunicado à ANP ao final de agosto de 2015, encerrando, assim, este processo;

6. Pré-AIP do PAD do Poço 2-ANP-2A-RJS - LIBRA

Bacia de Santos, operador Petrobras em regime de partilha;

a. Em 23/10/2014, o Operador notificou à ANP da possível extensão da jazida para fora dos limites do bloco controlado pelo Contrato de Partilha de Produção de Libra;

b. A estratégia exploratória de Libra envolve múltiplas Declarações de Comercialização;

i. Início do PAD do Poço 2-ANP-2A-RJS - 21 de setembro de 2015;

ii. Previsão de assinatura em meados de 2016;

7. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Gato do Mato

Bacia de Santos, operador Shell;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/03/2014;

b. O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador;

8. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Epiturnum

Bacia de Santos, operador Shell;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 10/12/2014;

b. O contrato dessa área (BM-S-52) encontra-se suspenso por solicitação do operador;

9. Pré-AIP da descoberta do Prospecto Carcará

Bacia de Santos, operador Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 11/09/2014;

b. Trata-se de área grande relevância na Bacia de Santos, que pode se tornar um grande polo produtor nos próximos anos;

c. A PPSA assumiu de perto as atividades ali realizadas e iniciou entendimentos com a Petrobras para a efetivação de um pré-acordo de individualização da produção;

10. Campo de Cavareú

Bacia de Campos, operador Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 21/07/2015;

b. Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios;

11. Campo de Pirambu

Bacia de Campos, operador Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 20/08/2015;

b. Ocorreram reuniões mensais com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios;

12. Campo de Sul de Sapinhoá

Bacia de Santos, operador Petrobras;

a. Assinado Acordo de Confidencialidade entre a PPSA e o operador em 09/07/2015;

b. Ocorreram reuniões com o operador com foco em aspectos de geologia, geofísica e engenharia de reservatórios;

Além dos acordos acima listados, estão previstas futuras atividades de avaliação por parte da PPSA de jazidas e/ou descobertas sob regime de concessão que potencialmente se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas dentro do polígono do pré-sal, com destaque para os campos de Baleia Azul, Atapu, Sururu, Berbigão, Búzios, Sépia juntamente com o prospecto de Júpiter, e os prospectos dos blocos BM-S-24, BM-C-34 e BM-C-32 (Itaipu, entorno de Jubarê).

Comercialização de Petróleo e Gás natural

Até o final de 2015, não havia petróleo e gás natural da União sendo comercializados através da PPSA, tanto no contrato de partilha de Libra, quanto nos acordos de individualização já assinados, porém ainda não efetivados. A primeira produção de Libra deverá ocorrer somente ao final do primeiro trimestre de 2017, advindo do primeiro teste de longa duração programado.

Em relação a cada um dos acordos de individualização da produção já assinados, a PPSA só poderá iniciar a comercialização do petróleo e gás natural da União após: (1) a definição de uma política de comercialização pelo CNPE; (2) a efetivação do AIP, dependente da aprovação pela ANP; (3) a contratação de agente comercializador pela PPSA; e (4) a equalização de custos e volumes realizados antes da data efetiva.

O CNPE deverá definir a política de comercialização do petróleo e gás natural da União. Para tal, o MME estabeleceu um grupo de trabalho, do qual a PPSA faz parte, para delineamento de proposta de diretrizes para esta política. Em paralelo, a PPSA vem trabalhando na definição do arcabouço técnico, jurídico e tributário para a gestão da comercialização de petróleo e gás da União, em articulação com o MME. Este trabalho também prevê subsídios ao estabelecimento da proposta de diretrizes para a política de comercialização.

Finalmente, visando o exercício de sua função de gestor dos contratos de comercialização, a PPSA vem conduzindo um processo para definição das condições operacionais e contratuais que regularão o relacionamento com os agentes comercializadores.

Atividades de Gestão Corporativa

Sistema de Gestão da PPSA

Foi dada continuidade ao processo para contratação de desenvolvimento e implantação do sistema de gestão de projetos, incluindo o Sistema de Gestão de Custos de Partilha da Produção - SGPP, para o processo de reconhecimento de custos e acompanhamento do conteúdo local, em conformidade com as bases contratuais. Durante este período de concepção do SGPP, a PPSA vem atuando com um sistema provisório de reconhecimento de custos em óleo, efetivo e seguro, que será utilizado até que o sistema definitivo seja implantado.

Contrato de Remuneração

Em 30 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Remuneração pela Gestão dos Contratos e Representação da União, pela PPSA e o MME, como representante da União. Em 2015, a geração de receita deverá ser correspondente a R\$ 3,89 milhões a serem recebidos em 2016.

Organização Interna

As reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal ocorreram regularmente durante o ano. Entre inúmeras deliberações, o Conselho de Administração em 2015 podemos destacar:

a) Relativamente à Auditoria Interna da PPSA: revisão do Plano de Auditoria Interna - PAINT de 2015; aprovação do Relatório de Auditoria Interna - RAINT de 2015; aprovação do PAINT de 2016, aprovação do Estatuto e Regimento Interno da Auditoria Interna e elaboração de um Plano de Ações Mitigadoras dos riscos suportados pela PPSA, em face do Acórdão 2900/2015 do Tribunal de Contas da União;

b) Relativamente à gestão da PPSA: aprovação do Termo de Gestão, que permitirá o acompanhamento, a partir de 2016, dos principais projetos vinculados às atividades da companhia; aprovação do Contrato de Remuneração; aprovação dos AIPs dos campos de Tartaruga Verde, Lula/Sul de Lula e Argonauta; aquisição de software de alta tecnologia para as atividades de exploração e produção;

c) Relativamente aos orçamentos da PPSA: aprovação do PDG 2016, acompanhamento mensal do Plano de Atividades da PPSA, que expressa, em bases mensais, os usos e fontes de recursos;

d) Relativamente ao quadro normativo da PPSA: norma de delegação de competência para contratação de bens e serviços, princípios e diretrizes de conteúdo local para atuação da PPSA nos contratos de partilha, ainda em elaboração;

e) Relativamente aos aspectos societários: revisão do Estatuto Social da PPSA;

f) Relativamente às questões relacionadas ao quadro de pessoal: contratação de mão de obra temporária; política de remuneração e benefícios de empregados;

A companhia prosseguiu na implementação dos controles internos e atendeu plenamente às demandas que lhe foram apresentadas pelos Órgãos Governamentais. Foram atendidos dois requerimentos de informação emanados da Câmara dos Deputados, por solicitação dos Deputados João Henrique Caldas - JHC, do PSB e Mendonça Filho, do DEM.

Participações Externas

Os dirigentes do consórcio responsável pela execução do Projeto Libra, formado pela Petrobras como operadora, Shell, Total, as empresas chinesas CNOOC e CNOOC e a PPSA, viajaram em missão à Ásia no período de 2 a 12 de novembro. Houve visitas aos estaleiros no Vietnã e Singapura, que estão construindo a unidade de produção tipo FPSO para realização do teste de longa duração, bem como reuniões e visitas às instalações dos parceiros do projeto na China. A missão terminou em Beijing com a realização da 13ª reunião do Comitê Operacional de Libra, que é a instância administrativa e decisória do consórcio, sendo presidida por representante da PPSA. A PPSA tem participado de eventos da indústria do petróleo e de outras partes interessadas, realizando palestras e marcando presença para mostrar o papel que desempenha para a sociedade e para o funcionamento do regime de partilha. Entre os eventos que contaram com apresentações da PPSA pode-se citar:

a. Energia em Foco, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocorreu no dia 25 de março;

b. X Fórum IBEF de Óleo e Gás, promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças no dia 27 de maio;

c. Diálogos Capitais, promovido pela revista Carta Capital em 15 de junho;

d. Apresentação sobre a PPSA, promovido pela ABESPETRO em 13 de julho;

e. V Seminário de Competitividade da Cadeia de Óleo e Gás realizado pela FIRJAN RJ em 25 de agosto;

f. Perspectivas sobre o futuro do Pré-Sal, promovido pela AMCHAM RJ em 28 de agosto;

g. Rio Pipeline 10ª Edição, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP de 22 a 24/09;

h. OTC Brasil 2015, realizado pelo IBP de 26 a 29/10;

i. Perspectivas sobre o Pré-Sal, promovido pela FIRJAN RJ em 18 de novembro;

Salienta-se ainda a participação da PPSA em eventos de relevância para as atividades fim, entre as quais:

a. Argus Rio Oil Conference, Rio de Janeiro, maio;

b. Offshore Technology Conference - OTC Houston 2015. Em 04 de maio, a PPSA presidiu sessão especial com palestra do Ministro de Minas e Energia sobre a indústria de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil;

c. IBP - 16º Seminário de Gás natural, Rio de Janeiro, junho;

d. Platt's Oil Forum, Rio de Janeiro, novembro;

e. FPSO World Congress, Singapura, novembro;

f. Unit Agreements and Unit Operating Agreements - AIPN (Association of International Petroleum Negotiators), Houston, novembro.

Finalmente, técnicos da PPSA realizaram visitas a centros de pesquisas, universidades, empresas e unidades de produção, com destaque para a visita técnica do Coordenador de Sistemas Flutuantes da PPSA, em setembro, ao caminho de fabricação do FPSO para o TLD de Libra em Singapura, no sentido de avaliar a evolução da obra.

Gestão de Pessoas

Conforme o parágrafo único do artigo 38 do Estatuto Social da PPSA, aprovado pelo Decreto nº 8.063/2013, a Companhia terá até 150 empregados efetivos, além de 30 funções gratificadas de livre provimento, com regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010. A contratação de pessoal efetivo está condicionada à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Os benefícios assistenciais a que os empregados fazem jus estão limitados ao reembolso parcial de gastos com saúde de até R\$ 800,00 (participação paritária de 50% observado limite pré-estabelecido) e ao auxílio refeição de R\$ 500,00, mensalmente. Futuramente, os empregados poderão vir a participar de um plano de previdência fechada em regime de contribuição definida, cuja possibilidade é admitida no Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2015, o efetivo de pessoal era composto exclusivamente pelas 30 funções gratificadas de livre provimento, ocupadas por profissionais com experiência comprovada na indústria de petróleo e formação educacional aprimorada, em nível de especialização (18 empregados), mestrado (10 empregados) e doutorado (seis empregados, dos quais cinco estão incluídos dentre aqueles com mestrado). Esses empregados têm como característica básica serem capazes de movimentar uma estrutura organizacional enxuta.



O planejamento inicial era de que a PPSA viesse a realizar o seu primeiro concurso público em 2016. Para tanto, o Plano de Cargos e Salários e documentos complementares encontram-se em fase final de elaboração e deverão ser objeto de deliberação do Conselho de Administração da companhia no decorrer do primeiro quadrimestre do ano, com encaminhamento subsequente à avaliação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST/MP. Ainda de acordo com o seu planejamento de recursos humanos, a PPSA espera contar com a contratação de 15 profissionais a título de mão de obra temporária, para alocação em serviços e atividades de caráter transitório, conforme faculdade prevista no Artigo 15 da Lei nº 12.304/2010. Proposta nesse sentido foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2015.

Governança Corporativa

Embora se trate de uma companhia nova, com menos de três anos de funcionamento, a administração da PPSA entende que a governança corporativa é um valor que requer aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo. A maximização de sua eficiência e criação de valor traduz-se em iniciativas como aquelas listadas em seguida:

a) Adequação sistema de tomada de decisões e respectivo acompanhamento;

b) Avaliação de desempenho da Direção, através de Termo de Gestão;

c) Distinção dentre os ocupantes dos cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração;

d) Calendário organizado de reuniões dos Conselhos em uma perspectiva anual;

A estrutura de governança corporativa da PPSA é formada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, coadjuvados pelas Auditorias Interna e Externa. A Diretoria da PPSA, que se reúne semanalmente, é composta por quatro diretores nomeados pela Presidência da República com mandato de três anos renováveis, a partir de indicações do MMLE, conforme prescrito pelo Artigo 11 da Lei nº 12.304/2010. Os atuais diretores foram nomeados em seis de novembro de 2013 e empossados em 12 de novembro de 2013, quando da Assembleia de Constituição da companhia. A PPSA possui Conselhos de Administração e Fiscal, integrados, respectivamente, por cinco e três membros, possuindo o Conselho Fiscal três conselheiros suplentes. Os membros do Conselho de Administração, a exemplo dos diretores, atuam de forma colegiada, não tem função executiva na companhia, com exceção do Diretor-Presidente e são nomeados pela Presidência da República. Os conselheiros fiscais são nomeados pela Assembleia de Acionistas. Ambos os Conselhos organizam reuniões mensais, minimamente.

A PPSA possui uma Auditoria Interna, com subordinação direta ao Conselho de Administração, cujo titular pertence aos quadros da Controladoria Geral da União - CGU, encontrando-se codido a companhia para o exercício da função gerencial. Cabe à Auditoria Interna a elaboração dos Planos Anuais de Auditoria Interna e respectivo acompanhamento, a avaliação dos processos da organização, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e a eficiência dos controles internos e conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas, quando emanadas dos órgãos de controle do Poder Público.

A PPSA tem suas Demonstrações Contábeis anuais submetidas ao exame de Auditoria Independente com vistas à emissão de parecer, prática que vem sendo adotada desde o início da companhia. O atual auditor é a STAFF Auditoria & Assessoria - EPP. A política da companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

A PPSA está sujeita à lei societária, atuando em conformidade com o que diz respeito à edição de relatórios e aprovações de preceitos nas Assembleias Gerais. O capital social da companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Além da governança interna, a PPSA atua fortemente na governança do Consórcio de Libra, pela liderança que exerce no cumprimento do Contrato de Partilha da Produção, em nome da União.

Informações Financeiras

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício social de 2015 deverão ser levados à Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 26 de abril de 2016. Em 2015, a PPSA apurou um lucro líquido em suas operações de R\$ 11 milhões, que corresponde a uma margem de 24% da receita operacional líquida. A margem EBITDA é de 32%. Os lucros auferidos se destinaram integralmente à compensação dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014. É importante salientar que, a exemplo de qualquer companhia em fase de implantação, a geração de um prejuízo inicial de R\$ 20 milhões no biênio 2013/2014, pode ser considerada perfeitamente compatível com a partida dos negócios financiada exclusivamente com aportes do Acionista, que não se constituem em receitas e, portanto, não contribuem para a formação de lucro no exercício, exatamente o que se passou em 2013/2014.

Dos R\$ 30 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo Acionista, R\$ 17 milhões foram recebidos no biênio 2013/2014, e mais R\$ 18 milhões foram recebidos durante 2015. Até dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era, portanto, de R\$35 milhões, restando R\$15 milhões a integralizar.

Por conseguinte, a estrutura de capitalização da PPSA contou com recursos da ordem de R\$ 85 milhões, dos quais R\$ 35 milhões de aportes de capital e R\$ 50 milhões de receitas operacionais auferidas em 2015, relacionadas ao recebimento do Bônus do Prospecto de Libra. As receitas financeiras de aplicações representaram R\$ 2 milhões. Os gastos operacionais somaram R\$ 31 milhões, com destaque para os gastos com pessoal, de R\$ 22 milhões, que representaram 71% do total.

Em termos orçamentários o Programa de Despesas Globais - PDG de 2015 foi aprovado conforme Decreto nº 8.883, de 29 de dezembro de 2014. O PDG 2015 contemplou receitas e despesas no montante de R\$ 119 milhões. A realização orçamentária do ano, incluídos os dispêndios de capital, foi de R\$46 milhões, correspondendo a 39% do orçamento aprovado, em virtude da necessidade de a companhia otimizar os recursos existentes, em função da assinatura do contrato de remuneração ter ocorrido em 30 de novembro de 2015. A PPSA opera exclusivamente com o Banco do Brasil e aplica os saldos no fundo BB Extramercado FAE de Investimento de Renda Fixa, lastreado em títulos do Tesouro Nacional, cuja rentabilidade média, no ano de 2015, foi de 1% ou 96% do CDI (custo do dinheiro no mercado interbancário).

Empresa Brasileira de Administração
de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.594	133
Contas a receber	7	126	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	8	176	113
Adiantamentos a empregados		64	11
Despesas antecipadas		13	2
Total do ativo circulante		23.973	259
Ativo não circulante			
Investimentos			
Imobilizado	9	2.249	359
Intangível	9	2.931	-
Total do ativo não circulante		5.180	359
Total do ativo		29.153	618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2015	2014
Passivo circulante			
Fornecedores	10	228	313
Honorários e encargos a pagar	11	561	195
Provisões para férias e 13º salário	13	1.342	1.655
Impostos e contribuições a recolher	12	1.115	1.344
Obrigações por cession de pessoal	14	179	222
Outros		186	180
Total do passivo circulante		3.611	3.909
Patrimônio líquido	16		
Capital social			
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(15.137)	(33.000)
Capital integralizado		34.863	17.000
Prejuízo acumulado		(9.321)	(20.291)
Total do patrimônio líquido		25.542	(3.291)
Total do passivo e patrimônio líquido		29.153	618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
Receita Bruta de Serviços Prestados		50.126	
Deduções da Receita Bruta			
Tributos sobre Serviços Prestados		(4.336)	
Receita Operacional Líquida		45.790	
Custos dos Serviços Prestados			
Pessoal e Encargos Sociais		(13.085)	
Materiais e Produtos		(1)	
Serviços de Terceiros		(1.257)	
Utilidades e Serviços		(49)	
Outros Dispendios Correntes		(167)	
Depreciação e Amortização		(445)	
		(15.004)	
Resultado Operacional Bruto		30.786	
Despesas Operacionais			
Pessoal e Encargos Sociais		(8.897)	(15.897)
Materiais e Produtos		(19)	(15)
Serviços de Terceiros		(4.457)	(4.242)
Utilidades e Serviços		(162)	(68)
Tributos e Encargos Parafiscais		(100)	(53)
Outros Dispendios Correntes		(2.282)	-
Depreciação e Amortização			(19)
		(15.917)	(20.314)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		14.869	(20.314)
Despesas Financeiras		(42)	(63)
Receitas Financeiras		2.383	903
	19	2.341	840
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		17.210	(19.474)
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	20	(6.240)	(281)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		10.970	(19.757)
Lucro (prejuízo) por lote de malacões		0,22	(0,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos movimentos do patrimônio líquido para o período de (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013		50.000	(15.000)	(534)	34.466
Integralização de capital	16	2.000	-	-	2.000
Prejuízo do período		-	-	(10.557)	(10.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		52.000	(13.000)	(11.091)	27.909
Integralização de capital	16	17.063	-	-	17.063
Lucro do período		-	-	10.970	10.970
Saldo em 31 de dezembro de 2015		69.063	(15.137)	(9.321)	44.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	10.970	(19.757)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	445	19
	<u>11.415</u>	<u>(19.738)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(126)	
Impostos a recuperar ou compensáveis	(63)	(97)
Adiantamentos a empregados	(53)	(11)
Despesas antecipadas	(11)	(2)
	<u>(253)</u>	<u>(110)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(85)	313
Honorários a pagar	366	(206)
Provisões para férias e 13º salário	(313)	1.584
Impostos e contribuições a recolher	(229)	1.065
Obrigações por cunha de pessoal	(43)	222
Outros	6	175
	<u>(298)</u>	<u>3.153</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>10.864</u>	<u>(16.695)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(2.249)	(378)
Aquisição de intangível	(3.017)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>(5.266)</u>	<u>(378)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	17.863	2.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>17.863</u>	<u>2.000</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>23.461</u>	<u>(15.073)</u>
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	133	15.206
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>23.594</u>	<u>133</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>23.461</u>	<u>(15.073)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Receitas	50.126	-
Faturamento	50.126	-
Insumos	(5.218)	(2.052)
Matérias, unidades, serviços de terceiros e outros	(5.218)	(2.052)
Valor adicionado bruto	44.908	(2.052)
Depreciação e amortização	(445)	(19)
Valor adicionado líquido produzido	44.463	(2.071)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.383	903
Valor adicionado total a distribuir	46.846	(1.168)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(18.824)	(13.383)
Remuneração direta	(17.249)	(12.547)
Benefícios	(529)	(92)
FGTS	(1.046)	(744)
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	(14.145)	(2.860)
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(11.549)	(2.808)
Estaduais (inclui IPVA)	(12)	-
Municipais	(2.584)	(52)
Remuneração do capital de terceiros	(2.907)	(2.346)
Juros	(33)	(62)
Alugueiros	(2.863)	(2.280)
Outras	(11)	(4)
Remuneração dos capitais próprios	(10.970)	19.757
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.970)	19.757
Valor adicionado total distribuído	(46.846)	1.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA ("PPSA" ou "Empresa"), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 - 4º pavimento, Centro - Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representará a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

No tocante à remuneração da PPSA pela gestão dos contratos de partilha de produção, foi firmado em 30 de novembro de 2015 o Contrato de Remuneração pela Gestão de Contratos e Representação da União, onde foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social.

Além desta remuneração, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, por decisão específica do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE"), a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área. No primeiro semestre de 2015 a Empresa recebeu os R\$ 50 milhões alusivos ao Bônus de Libra.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 13 de março de 2015 a Diretoria Executiva da PPSA aprovou as demonstrações contábeis de 2014, reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, cuja aprovação se deu em 20 de março de 2015 e 23 de março de 2015, respectivamente. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2015 as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo acionista controlador.

As demonstrações contábeis de 2015 deverão ser apreciadas pela Diretoria Executiva em 8 de março de 2016 e encaminhadas à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal previstos, respectivamente, para os dias 18 e 22 de março de 2016, com vistas à realização da Assembleia Geral Ordinária no dia 26 de abril de 2016.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:

d) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

e) Base de mensuração

Para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1;

Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

Contas a receber de curto prazo relativo a contrato de prestação de serviços, cujos serviços já tenham recebido aceite.

c) Impostos a Recuperar

Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.



Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

c) Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

f) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;

ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos diferidos

No exercício de 2015 a Administração da Empresa manteve a opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido, não apresentando, portanto, impostos diferidos. A Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, relativos ao exercício de 2013, que poderão ser compensados de suas bases tributárias em períodos subsequentes.

g) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2015 a PPISA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

h) Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstrações dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

NOTA 5 - NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são consistentes. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa são abaixo apresentadas.

a) CPC 38 (R1)/IFRS 9:

O CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

b) Tributos IFRIC 21:

Passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, com o objetivo de estabelecer o momento de reconhecimento de um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos, em consonância com a legislação vigente. Na sua interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo. Da mesma forma, esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica não implica em uma obrigação

presente para pagamento de tributo, dado que o fato gerador somente ocorrerá em uma operação futura. A Empresa não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2015	2014
Banco conta movimento	15	5
Aplicações financeiras	23.579	28
Total	23.594	33

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

NOTA 7 - CONTAS A RECEBER

O contrato de remuneração pela gestão dos contratos de partilha de produção foi firmado em 30 de novembro de 2015 com o MME. Neste instrumento foram pactuadas as condições mediante as quais a Empresa será remunerada pela prestação dos serviços enunciados em seu objeto social. O valor relativo a contas a receber em 31 de dezembro de 2015 refere-se a serviços prestados no âmbito deste contrato.

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR OU COMPENSAVEIS

Descrição	2015	2014
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	49	33
IRPJ a recuperar ou compensáveis	127	80
Total	176	113

NOTA 9 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	2015	2014
Equipamentos de informática	2.520	378
Benefícios	103	-
Móveis e equipamentos	4	-
Depreciação Acumulada	(378)	(19)
Total	2.249	359

Intangível	2015	2014
Software	3.017	-
Amortização Acumulada	(86)	-
Total	2.931	-

Os equipamentos de informática e softwares estão sendo depreciados e/ou amortizados à taxa de 20% ao ano.

NOTA 10 - FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Descrição	2015	2014
Hewlett Packard Brasil Ltda	-	78
Light Services de Eletricidade SA	8	8
IndusTec Com e Serv de Equipamentos Ltda	73	32
Domínio Contabilidade Ltda	17	38
Teleok Central de Locações e Com Ltda	11	17
Investiplan Com e Sist de Refrigeração	6	47
Microvare Tecnologia	-	15
P.L.C. 21 Refrigeração	1	2
Imprensa Nacional	1	-
Algar Multimídia SA	5	5
Aconitune do Brasil Ltda	46	70
Algar Telecom SA	1	-
Edonotio Comercio e Serviços Ltda	3	-
Webundico Serviços de Informacões	11	-
Living Recursos Humanos Ltda	36	-
Total	228	313

NOTA 11 - HONORÁRIOS A PAGAR

Os valores a pagar são referentes a provisão e respectivos encargos sociais para faturas da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, obedecendo à verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015.

Descrição	2015	2014
Honorários da Diretoria	561	106
Honorários do Conselho de Administração	-	56
Honorários do Conselho Fiscal	-	33
Total	561	195

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2015	2014
Impostos retidos na fonte (IRRF, PIS, COFINS e ISS)	533	691
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	78	-
INSS retido de terceiros	-	6
INSS a recolher	366	537
FUTS a recolher	1.138	110
Total	1.115	1.344

NOTA 13 - PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO

Descrição	2015	2014
Provisão de férias	1.342	1.499
Provisão de gratificação natalina	-	154
Total	1.342	1.653

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR CESSÃO DE PESSOAL

Descrição	2015	2014
Advocacia Geral da União - AGU	74	90
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	20	44
Caixa Econômica Federal - CEF	85	88
Total	179	222

NOTA 15 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (PESSOAS-CHAVE)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2015, foi estabelecido em R\$ 7.277 mil o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2015 a março de 2016. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 26 de abril de 2016. A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 73.032,62 e de R\$ 7.050,46. O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 17. Não existem saldos ou transações com partes relacionadas.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da PPISA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizadas em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/09/2015 e 21/12/2015 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões, R\$ 2 milhões, R\$ 14,8 milhões e R\$ 3 milhões respectivamente.

Detalhamento	2015	2014
Capital	50.000	50.000
Capital a integralizar	15.137	13.280
Lucro (prejuízo) acumulados	23.594	359
Total	88.731	73.639

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social da PPISA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista. A empresa apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$10.970 mil. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, o lucro apurado será integralmente utilizado na amortização parcial dos prejuízos acumulados.

NOTA 17 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição	2015	2014
Honorário da diretoria	3.320	3.469
Honorários dos conselhos de administração e fiscal	634	652
Salários de empregados	10.042	6.332
Encargos sociais	4.524	3.626
Benefícios	221	94
Férias	1.714	1.417
13º salário	1.527	656
Total	21.982	15.891

NOTA 18 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2015	2014
Viagens e hospedagens	551	307
Despesas de funcionamento	1.806	2.362
Auxílio técnico e administrativo	682	273
Custo ou requisição de pessoal	1.350	815
Cursos, seminários e convenções	65	52
Contabilidade e auditoria	240	168
Serviços gerais	-	142
Serviços advocatícios	673	-
Outros serviços	447	123
Total	5.714	4.242

NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	2015	2014
Renda de aplicações financeiras	2.383	903
Despesas financeiras	42	43
Total	2.341	860

NOTA 20 - DESPESA COM PROVISÕES DE RENDAS E CSLL

A PPISA optou no ano base 2015 pela tributação pelo lucro presumido, da mesma forma que em 2014. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição



Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL, é de 32% sobre a receita operacional bruta somada às receitas financeiras, utilizando-se as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Descrição	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica	3.582	202
Contribuição social sobre o lucro líquido	6.538	81
Total	6.240	283

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA
Presidente do Conselho

OSWALDO ANTUNES PEDROSA JUNIOR

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRARD

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO

DIRETORIA EXECUTIVA

OSWALDO ANTUNES PEDROSA JUNIOR
Diretor-Presidente

RENATO MARCOS D'ARROS DE MATOS
Diretor de Gestão de Contratos

EDSON YOSHIOHITO NAKAGAWA
Diretor Técnico e de Fiscalização

ANTÔNIO CLÁUDIO PEREIRA DA SILVA
Diretor de Administração, Controle e Finanças

MAURO BRAZ ROCHA
Gerente de Controle Contábil e Finanças

PAULO ROBERTO QUEIROZ DE ALBUQUERQUE
Controlador - CRC RJ 023.013/O-1

IRINEU DOS SANTOS
Controlador - CRC/ISP 257251/O-4/S* RJ
Mazars Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Sociedade
Simples Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 1º de março de 2016
STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA
CRC2SP023856/O-1 S "DF"

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA
CRCRJSP242826/O-3 S "DF"
Sócio Responsável

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2016

O Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou nesta data o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 acompanhadas do parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP. Nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido apurado no exercício foi integralmente destinado à compensação parcial dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014. Em face do exposto, e com base no Artigo 20, inciso VI, alínea "a" do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprova os citados documentos e os submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 26 de abril de 2016.

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA
Presidente do Conselho

OSWALDO ANTUNES PEDROSA JUNIOR
Conselheiro

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRARD
Conselheiro

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Conselheiro

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2016

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP, de 1º de março de 2016. Tomou ainda conhecimento de que, o lucro líquido apurado no exercício foi integralmente destinado à compensação parcial dos prejuízos acumulados no biênio 2013/2014, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. O Conselho Fiscal, em face do exposto e com base no Artigo 37, incisos II e VII, do Estatuto Social, pela unanimidade dos seus membros, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente e com fidedignidade, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da PPSA em 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão desses documentos à Assembleia Geral Ordinária, que está prevista para ser realizada no dia 28 de abril de 2016.

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA
Presidente do Conselho

GILDENORA BATISTA DANTAS MILHOMEM
Conselheira

FRANCISCO ROBERTO DUARTE DA SILVA
Conselheiro

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Nº 1 de Homologação da Habilitação da Eleição da Sociedade Civil no CNAS Gestão 2016/2018, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 22 de Abril de 2016, página 107, proceder à seguinte retificação:

Onde se lê: Wagner Carneiro de Santana - CPF: 761.086.608-30,
Lcia - se: Wagner Carneiro de Santana - CPF: 199.922.428-09,

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE ABRIL DE 2016

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 39, de 20 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.663, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 39, de 20 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º O inciso X do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"X - Resolução CAMEX nº 39, de 20 de abril de 2016, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2016:

CODIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7902.43.00	-p-Xileno	0%	90.000 toneladas	24/05/2016 a 19/11/2016

(NR)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 24 de maio de 2016.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE ABRIL DE 2016

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 40, de 20 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.663, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 40, de 20 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Fica incluído o inciso LXXXVII no art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

LXXXVII - Resolução CAMEX nº 40, de 20 de abril de 2016, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2016:

CODIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
1005.90.10	Em grão	0%	1.000.000 toneladas	22/04/2016 a 18/10/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 100.000 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

c) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

d) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO